



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 20260007 – DPGE-CE

PROCESSO SEI n.º 26.0.000000464-1

NÚMERO COMPRASNET: 90007/2026

A **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Avenida Pinto Bandeira, n.º 1.111, Luciano Cavalcante, em Fortaleza/Ceará, CEP 60.811-170, por intermédio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 8.395, de 27 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da Defensoria Pública, em 28 de novembro de 2025, que ora integra os autos, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, exclusivamente para **Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, e/ou as Cooperativas**, que se enquadrem no disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, que se encontrem aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido nos termos Lei Complementar N.º 123/2006.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço por ITEM, conforme tabela constante do item 2 do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será PARCELADA.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual n.º 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal n.º 14.682, de 20 de setembro de 2023; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Estadual n.º 35.067, de 21 de dezembro de 2022, e suas alterações; Decreto Estadual n.º 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Decreto Estadual n.º 27.624, de 22 de novembro 2004; Instrução Normativa n.º 203/2025/DPGE/CE, Instrução Normativa n.º 206/2025/DPGE/CE, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL**, sem gás, acondicionada em garrações plásticos retornáveis de 20 (vinte) litros, própria para consumo humano, com fornecimento contínuo e parcelado, destinada ao atendimento das unidades administrativas e de



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

atendimento ao público da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE/CE, localizadas em diversos municípios do interior do Estado, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este Edital está disponível gratuitamente nos *sítios* www.defensoria.ce.def.br/licitacoes e www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela Pregoeira Nídia de Matos Nunes.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Comissão de Contratação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, será realizada por meio presencial ou eletrônico e remoto, com o uso de solução tecnológica de videoconferência. Tal formalidade não se aplica no caso de simples instruções, tais como, provocações sobre datas, estágio de tramitação e demais orientações meramente procedimentais, sem qualquer intervenção de mérito, que serão prestadas pela equipe de apoio da Comissão de Contratação.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de n.º (85) 3194.5023 e pelo e-mail: licitacao@defensoria.ce.def.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **06/05/2026.**

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **19/05/2026, às 09:30.**

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **19/05/2026, às 09:30.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.1. Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, Av. Pinto Bandeira, n.º 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza – Ceará, CEP 60.811-170, CNPJ n.º 02.014.521/0001-23.

7.2. Horário de expediente da Comissão de Contratação: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos provenientes da dotação orçamentária e financeira do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (FAADEP), Orçamento 2026, na seguinte classificação orçamentária:

06200001.14.122.421.20135.15.339030.1.759.1200070.1.2.01

8.1.1. Detalhamento da Despesa:

8.1.1.1. Ação: 20135 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – FAADEP.

8.1.1.2. Elemento de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO

8.1.1.3. Fonte de Recurso: 1.759.1200070 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

8.1.1.4. Código Reduzido do Crédito Orçamentário: 23087

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Comissão de Contratação responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Para os itens 1, 2, 3 e 4, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, conforme tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei n.º 14.133/2021, e para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.6. Não poderão disputar esta licitação:

9.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

9.6.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o §1º do art. 14 da Lei n.º 14.133/2021.

9.6.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.6.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

9.6.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

9.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

9.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

9.6.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

9.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.6.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.6.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas da Defensoria Pública do Estado do Ceará, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto N.º 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@defensoria.ce.def.br, até as 23h59min, com a informação do n.º do pregoão, o órgão ou entidade promotor da licitação.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 113.050,00 (cento e treze mil e cinquenta reais), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual n.º 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei n.º 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação.

12.4.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.4.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.4 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021, quando for o caso.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.6.1. ao 12.6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e neste Edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema, tais como: valor unitário e total; marca/fabricante; modelo/versão; descrição detalhada do objeto, contendo a especificação do Termo de Referência.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

- 14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no §3º do art. 37 do Decreto n.º 35.067/2022.
- 14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.
- 14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**, utilizando como referência o valor unitário do item.
- 14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.
- 14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto n.º 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal n.º 14.682, de 20 de setembro de 2023, ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU n.º 723/2024-Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual n.º 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.27. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

14.28. Nos termos do Decreto Estadual n.º 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 12.4, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1. deste Edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 14.26. deste Edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis.

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência.

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

15.11.6. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o Edital, quando exigida.

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual n.º 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual n.º 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica da Defensoria Pública do Estado do Ceará, conforme o caso, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no item 12 do Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
do ESTADO DO CEARÁ

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste Edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber, e na Comissão de Contratação no endereço constante no subitem 7.1 deste Edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

18.1.2.5. Deixar de apresentar o catálogo juntamente com a proposta;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
do ESTADO DO CEARÁ

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 1% (um por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme art. 25, inciso I, do Decreto Estadual n.º 35.322/2023, e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia contratual, na forma estabelecida no Termo de Referência.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

20.3. Na hipótese de sociedades empresárias estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta no Termo de Referência, conforme Acórdão 2450/2025 – TCU – Plenário.

20.8. Da Garantia Contratual

20.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Comissão de Contratação. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente do contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual n.º 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital pelo pregoeiro e/ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

-
- 21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.
21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.
21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência
ANEXO II – Carta Proposta
ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, *(data da assinatura digital)*.

SAMUEL DE ARAÚJO MARQUES
SECRETÁRIO EXECUTIVO
(Ordenador de Despesas)

FRANCISCO JOSÉ VERAS DE ALBUQUERQUE
ASSESSOR JURÍDICO



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SEI n.º 26.0.000000464-1

UNIDADE REQUISITANTE: GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO – GEPAT.

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, sem gás, acondicionada em garrações plásticas retornáveis de 20 (vinte) litros, própria para consumo humano, com fornecimento contínuo e parcelado, destinada ao atendimento das unidades administrativas e de atendimento ao público da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE/CE, localizadas em diversos municípios do interior do Estado, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com a forma de fornecimento **PARCELADA**.

1.3. O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022, bem como pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas relativas à saúde pública, à vigilância sanitária e à gestão de contratos administrativos.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. Prevalência das especificações

2.1.1. A definição das especificações técnicas e dos quantitativos estimados foi elaborada com base em levantamento realizado pela área demandante, considerando o histórico de consumo, o número de unidades atendidas, a distribuição geográfica dos municípios, bem como a complexidade logística inerente ao fornecimento contínuo de água mineral em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros.

2.1.2. A estimativa das quantidades foi consolidada por agrupamentos regionais, com o objetivo de racionalizar as rotas de distribuição, otimizar a logística de entrega, assegurar a regularidade do fornecimento e preservar a eficiência operacional da contratação, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público.

2.2. Características do objeto

2.2.1. O objeto da presente contratação consiste no fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, destinada ao atendimento das unidades administrativas localizadas nos municípios do interior do Estado do Ceará, conforme padrões de qualidade exigidos pela legislação sanitária vigente.

2.3. Critério de agrupamento regional

2.3.1. Para fins de planejamento, execução contratual e gestão logística, os quantitativos foram organizados em 04 (quatro) grupos regionais, formados a partir da proximidade geográfica, similaridade de rotas e polos logísticos de referência, sem prejuízo da competitividade do certame.

2.3.2. Importante ressaltar que, embora o Estudo Técnico Preliminar (ETP) não tenha previsto originalmente a divisão por agrupamentos regionais, a adoção desta metodologia neste Termo de Referência se deu com a finalidade de otimizar a logística de distribuição, racionalizar as rotas, garantir a regularidade do fornecimento e promover a economicidade da contratação.

2.3.3. Tal decisão visa atender de forma mais adequada às necessidades das diversas unidades, facilitar o planejamento contratual e assegurar maior eficiência operacional.

2.3.4. Ademais, a estruturação por grupos regionais se alinha aos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e planejamento, bem como às diretrizes de sustentabilidade, promovendo o uso racional de recursos e a redução de impactos ambientais.

2.4. Tabela – Valor Global e Estimativa Anual de Consumo por Grupo Regional



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
do ESTADO DO CEARÁ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros Região: Norte/ Litoral Norte e Serra da Ibiapaba.	Garrafão de 20 litros	2000	R\$ 9,00	R\$ 18.000,00
02	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros Região: Litoral Oeste/ RMF Norte e Sertão Central e Inhamuns.	Garrafão de 20 litros	2000	R\$ 12,20	R\$ 24.400,00
03	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros Região: Litoral Leste/ Região Metropolitana de Fortaleza.	Garrafão de 20 litros	1500	R\$ 10,65	R\$ 15.975,00
04	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros Região: Cariri e Centro-Sul	Garrafão de 20 litros	2500	R\$ 21,87	R\$ 54.675,00

Polo Logístico	Regiões Administrativas Integradas	Municípios atendidos (*podem sofrer alteração)	Estimativa Anual (unidades)	Especificação	Unidade de Fornecimento	Qntd.	Valor Unitário	Valor Global
Sobral / Tianguá	Norte/ Litoral Norte e Serra da Ibiapaba	Sobral, Camocim, Acaraú, Granja, Amontada, Itarema, Santana do Acaraú, Chaval, Coreaú, Nova Russas, Santa Quitéria, Tianguá, São Benedito, Ibiapina, Viçosa do Ceará	2000	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros	Garrafão de 20 litros	2000	R\$ 9,00	R\$ 18.000,00
Itapipoca/ Quixadá	Litoral Oeste/ RMF Norte e Sertão Central e Inhamuns	Itapipoca, Trairi, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Pentecoste, Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem, Tauá, Crateús, Mombaça, Acopiara	2000	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros	Garrafão de 20 litros	2000	R\$ 12,20	R\$ 24.400,00
Aquiraz	Litoral Leste/ Região Metropolitana de Fortaleza	Aquiraz, Pacatuba, Pacajus, Horizonte, Cascavel, Beberibe, Aracati, Aracoiaba	1500	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros	Garrafão de 20 litros	1500	R\$ 10,65	R\$ 15.975,00
Juazeiro do Norte	Cariri e Centro-Sul	Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Iguatu, Icó, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Missão Velha, Caririçu, Aurora, Mauriti, Brejo Santo	2500	Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros	Garrafão de 20 litros	2500	R\$ 21,87	R\$ 54.675,00
Total Estimado Anual: 8.000 Garrafões								



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

2.5. Distribuição regional detalhada

2.5.1. Grupo 01 – Norte / Litoral Norte e Serra da Ibiapaba

Polo Logístico: Sobral / Tianguá: Municípios atendidos: Sobral, Camocim, Acaraú, Granja, Amontada, Itarema, Santana do Acaraú, Chaval, Coreaú, Nova Russas, Santa Quitéria, Tianguá, São Benedito, Ibiapina, Viçosa do Ceará.

2.5.2. Grupo 02 – Litoral Oeste / RMF Norte e Sertão Central e Inhamuns:

Polo Logístico: Itapipoca / Quixadá : Municípios atendidos: Itapipoca, Trairi, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Pentecoste, Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem, Tauá, Crateús, Mombaça, Acopiara.

2.5.3. Grupo 03 – Litoral Leste / Região Metropolitana de Fortaleza: Polo Logístico: Aquiraz Municípios atendidos: Aquiraz, Pacatuba, Pacajus, Horizonte, Cascavel, Beberibe, Aracati, Aracoiaba.

2.5.4. Grupo 04 – Cariri e Centro-Sul : Polo Logístico: Juazeiro do Norte Municípios atendidos: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Iguatu, Icó, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Missão Velha, Caririaçu, Aurora, Mauriti, Brejo Santo.

2.6. Quantitativo global

O quantitativo global estimado para a presente contratação corresponde a 8.000 (oito mil) garrações de 20 (vinte) litros por ano, podendo sofrer ajustes conforme a efetiva demanda das unidades, observado o caráter estimativo da contratação, sem que isso gere obrigação de consumo mínimo ou máximo por parte da Administração.

2.7. Havendo divergências entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas eventualmente cadastradas no sistema eletrônico de compras, prevalecerão as disposições deste Termo de Referência.

2.7.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Estadual nº 34.450/2021, tratando-se de item essencial ao funcionamento regular das unidades administrativas.

2.7.2. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º, c/c o art. 20, ambos da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

2.8. Estimativa do valor da contratação

2.8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado atualizada, realizada nos termos da legislação vigente, considerando os preços praticados no âmbito da Administração Pública e do mercado fornecedor.

2.8.2. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 113.050,00 (cento e treze mil e cinquenta reais), correspondente ao fornecimento estimado de 8.000 (oito mil) garrações de 20 (vinte) litros por ano, conforme distribuição por grupos regionais.

2.8.3. Ressalta-se que os valores unitários e globais detalhados encontram-se apresentados na tabela constante do item 2.4 deste Termo de Referência, sendo estes referenciais para fins de julgamento da licitação.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a necessidade e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

3.2. A prorrogação ficará condicionada ao ateste da autoridade competente quanto à manutenção das condições contratuais e dos preços originalmente pactuados, admitida a negociação com a contratada, em observância aos princípios da economicidade e do interesse público.

3.3. O objeto da contratação — fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural, sem gás, em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros — enquadra-se como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por atender necessidade permanente das unidades da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

3.4. A interrupção do fornecimento comprometeria o funcionamento regular das unidades e o atendimento ao público, razão pela qual se justifica o enquadramento para fins de planejamento e execução contratual.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A necessidade da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se devidamente detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que integra a fase de planejamento da contratação e que constitui anexo a este Termo de Referência.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, em consonância com as diretrizes de logística sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

4.3. Diante das necessidades identificadas e do planejamento institucional, a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará optou pela realização de licitação própria, por se tratar da alternativa mais adequada e vantajosa para assegurar a continuidade do abastecimento de água mineral, a regularidade das atividades institucionais e a manutenção das condições adequadas de funcionamento de suas unidades.

4.4. Para a contratação pretendida, será adotada licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, por se tratar de aquisição de bem comum, conforme a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis de 20 (vinte) litros, destinada ao atendimento das demandas das unidades da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, localizadas em diversos municípios do interior do Estado.

5.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme solicitações da Administração, observada a organização por grupos regionais, de modo a otimizar a logística de distribuição, assegurar o atendimento contínuo das unidades e permitir maior eficiência no controle do consumo.

5.3. As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos, com observância das condições adequadas de transporte, manuseio e armazenamento, garantindo a integridade dos recipientes e a qualidade do produto até o consumo.

5.4. A água mineral fornecida deverá atender integralmente às normas do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais legislações aplicáveis, especialmente quanto à potabilidade, rotulagem, validade e padrões de qualidade, conforme especificações definidas neste Termo de Referência.

- Alvará Sanitário: Documento expedido pela autoridade sanitária local, comprovando que a empresa atende às normas de higiene e saúde para produção e distribuição de água mineral.

- Licença de Funcionamento: Emitida pela vigilância sanitária, autoriza o funcionamento da empresa no ramo de água mineral.

- Registro do Produto na ANVISA: Comprovação de que a água mineral está devidamente registrada junto à ANVISA, conforme RDC nº 274/2005.

- Certificado de Análise Físico-Química e Microbiológica: Laudos laboratoriais atualizados, emitidos por laboratório acreditado, comprovando a potabilidade e qualidade da água, conforme Portaria GM/MS nº 888/2021.

- Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da ANVISA: Documento que autoriza a empresa a exercer atividades sujeitas à vigilância sanitária federal.

- Certificado de Regularidade junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM/ANM): Comprovação de que a fonte de água mineral está regularizada junto ao órgão federal competente.

- Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT): Emitida pelo Conselho Regional de Química (CRQ), comprovando a responsabilidade técnica por parte de profissional habilitado.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

- Licença Ambiental: Emitida pelo órgão ambiental competente, autorizando a captação e distribuição de água mineral.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão das justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, deste Termo de Referência e dos autos do processo, nos termos do entendimento firmado no Acórdão nº 2.450/2025 – TCU – Plenário.

6.2. Garantia Contratual

6.2.1. Não será exigida garantia contratual da execução, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco contratual e a forma de pagamento vinculada ao fornecimento efetivamente realizado.

6.2.2. O fornecimento da água mineral deverá observar integralmente as condições de qualidade, validade, acondicionamento e potabilidade, respondendo o contratado por eventuais vícios ou desconformidades do produto, na forma da legislação aplicável e das disposições deste Termo.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. A contratação observará o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, conforme disposto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Decreto Estadual nº 35.283/2023 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber ao objeto.

6.3.2. Deverão ser adotadas práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente quanto ao acondicionamento, transporte e logística reversa dos garrafões, sempre que aplicável, bem como o uso racional de recursos e a redução de desperdícios.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto dar-se-á pelo fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, acondicionada em garrafões plásticos retornáveis de 20 (vinte) litros, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, observando-se as normas sanitárias, técnicas e legais aplicáveis.

7.2. O prazo para entrega dos garrafões de água mineral será de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Administração, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante justificativa formal e prévia anuência da Administração.

7.3. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração, em dias úteis, no horário comercial, salvo orientação diversa, cabendo à contratada todas as providências necessárias para o transporte, manuseio, descarga e acondicionamento dos garrafões, sem ônus adicional para a Administração.

7.4. A água mineral fornecida deverá ser nova, própria para consumo humano, estar devidamente lacrada, rotulada, dentro do prazo de validade, livre de qualquer impureza, contaminação, alteração ou avaria, e atender integralmente às especificações técnicas e normas da ANVISA, Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis.

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade da água mineral fornecida e a integridade dos garrafões pelo prazo de validade do produto, responsabilizando-se pela substituição imediata de unidades que apresentem qualquer vício, irregularidade ou desconformidade, sem custos adicionais para a Administração.

7.6. Durante o prazo de validade do produto, a contratada deverá prestar assistência técnica, proceder à substituição dos garrafões ou volumes que apresentarem problemas de vedação, higienização, contaminação, vazamento ou qualquer outro defeito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação da Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

7.7. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para comunicação de eventuais problemas, solicitações de substituição e assistência técnica, devendo manter atualizado o registro das ocorrências e providências adotadas.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

7.8. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que atestará o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo rejeitar, total ou parcialmente, os produtos em desacordo com as especificações ou que apresentem vícios, defeitos, avarias ou irregularidades, cabendo à contratada proceder à regularização no prazo estipulado.

7.9. O recebimento provisório e definitivo do objeto observará o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sendo condição para pagamento a aceitação formal dos produtos pela Administração.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Responsabilidades das partes

8.1.1. A gestão do contrato de fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com observância às normas e legislações aplicáveis. Compete à contratada garantir o fornecimento regular, a integridade dos garrações, a qualidade do produto e o cumprimento de todos os requisitos técnicos, sanitários e legais definidos neste Termo de Referência.

8.2. Fiscalização e acompanhamento

8.2.2. A fiscalização do contrato será exercida por representante(s) formalmente designado(s) pela Administração, que atuará(ão) como gestor e/ou fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O acompanhamento incluirá o controle das entregas, conferência da quantidade e qualidade dos garrações de água mineral, verificação da documentação sanitária e ambiental, e registro de ocorrências relacionadas ao fornecimento.

8.3. Comunicação entre as partes

8.3.1. As comunicações referentes à execução contratual deverão ser formalizadas, preferencialmente por meio eletrônico oficial, garantindo-se a rastreabilidade e a transparência dos registros. A contratada deverá disponibilizar canal próprio de atendimento para recebimento de solicitações, reclamações ou notificações, bem como responder às demandas da Administração no prazo máximo estipulado em contrato.

8.4. Procedimentos de acompanhamento e avaliação de desempenho

8.4.1. O acompanhamento do desempenho da contratada será realizado mediante análise periódica do cumprimento das obrigações contratuais, em especial quanto à regularidade das entregas, qualidade do produto, integridade dos garrações, atendimento das normas sanitárias, prazos de substituição e assistência técnica. Serão registrados indicadores e relatórios que subsidiarão a avaliação da prestação dos serviços, podendo ser aplicados instrumentos de medição de desempenho conforme definido pela Administração.

8.5. Aplicação de sanções

8.5.1 O descumprimento das obrigações contratuais relativas ao fornecimento de água mineral em garrações de 20 litros, tais como atrasos, entregas parciais, fornecimento de produto fora das especificações, ausência de documentação obrigatória, ou outros descumprimentos, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato firmado, observado o contraditório e a ampla defesa. As sanções poderão incluir advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, conforme a gravidade da infração.

8.6. Melhores práticas de gestão

8.6.1 A gestão contratual observará as melhores práticas de administração pública, priorizando a transparência, eficiência, controle de qualidade, sustentabilidade e atendimento célere às demandas das unidades beneficiárias. O modelo adotado busca garantir a adequada prestação do serviço, a



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

satisfação das necessidades institucionais e o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

8.7. Disposições adicionais sobre entrega e pagamento

8.7.1. É vedado o pagamento da água mineral, seja ao fornecedor local ou a qualquer fornecedor que a empresa contratada venha indicar, por colaboradores ou servidores da Defensoria Pública. O pagamento deverá ser realizado exclusivamente pela área financeira da Administração, mediante processo regular de liquidação e atesto formal do recebimento, conforme normas internas e legislação aplicável.

8.7.2. A falta de entrega da água mineral, total ou parcial, será registrada e comunicada imediatamente à contratada e poderá ensejar a aplicação de sanções, inclusive a retenção de pagamentos, conforme a legislação vigente.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, "a" da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.8. Para fins de recebimento/entrada no estoque a Contratada deverá estar devidamente cadastrada e com situação regular no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.3 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de Pagamento



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos.

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo.

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo.

10.7. Aplicar as sanções previstas na Lei e Edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

10.8. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário (com uma versão em português), e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.5.1. A contratada não poderá solicitar, exigir ou orientar coordenadores, servidores, colaboradores ou representantes das unidades da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE/CE a realizar pagamentos diretos, por qualquer meio, incluindo PIX, transferência bancária, dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, em razão do fornecimento do objeto contratado;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
do ESTADO DO CEARÁ

11.5.2. Todos os pagamentos decorrentes da execução contratual serão realizados exclusivamente pela Administração, mediante os procedimentos formais previstos no contrato administrativo e na legislação vigente, sendo vedada qualquer cobrança direta às unidades ou servidores da instituição;

11.5.3. A contratada deverá assegurar que os garrafões fornecidos estejam em perfeitas condições de higiene, conservação e dentro do prazo de validade, atendendo às normas da vigilância sanitária, sendo vedado o fornecimento de recipientes danificados, vencidos ou em desacordo com os padrões de qualidade exigidos;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.10. Atender aos critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto da contratação, observando, sempre que possível:

- I – utilização de garrafões retornáveis, em conformidade com as normas sanitárias vigentes;
- II – adoção de práticas que evitem desperdícios e assegurem o uso racional dos recursos;
- III – observância das normas ambientais e sanitárias aplicáveis à captação, envase, armazenamento, transporte e distribuição de água mineral;

11.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

11.14.1. Comprovar, na forma do subitem correspondente do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos;

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

11.19. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada inadequada pela fiscalização do contratante;

11.20. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e suas alterações.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica deverá comprovar a existência legal do licitante e sua capacidade para contratar com a Administração Pública, sendo exigida conforme a natureza do participante:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;

Habilitações fiscal, social e trabalhista



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

12.3. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.3.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.3.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.3.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.3.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.3.9. Os documentos enumerados no subitem 12.3, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto à comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.3.10. Para os Estados e Municípios que emitem prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.3.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.3.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.3.13. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Qualificação técnico-operacional:



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

12.15. O licitante deverá comprovar experiência prévia no fornecimento de garrafões de água em quantidade e especificações compatíveis com as exigências deste Termo de Referência, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por clientes anteriores ou autorização formal do fabricante, quando aplicável.

Habilitação econômico-financeira:

12.16. A habilitação econômico-financeira será avaliada mediante a apresentação da documentação exigida pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a capacidade do licitante de cumprir suas obrigações financeiras relativas ao fornecimento dos garrafões de água.

12.16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto sociedades cooperativas, conforme art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou sociedade simples, deverá ser apresentada certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.16.2. Caso o licitante esteja em recuperação judicial, deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

12.16.3. No caso de recuperação extrajudicial, o licitante deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação, assegurando a continuidade da execução do contrato relativo ao fornecimento dos garrafões de água.

12.17. Vedada a participação de consórcios.

12.18. A não apresentação de documentação válida ou a insuficiência da comprovação da capacidade econômico-financeira implicará a inabilitação do licitante, garantindo a seleção de fornecedores capazes de atender integralmente às obrigações contratuais.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos provenientes da dotação orçamentária e financeira do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (FAADEP), Orçamento 2026, na seguinte classificação orçamentária:

06200001.14.122.421.20135.15.339030.1.759.1200070.1.2.01

13.1.1. Detalhamento da Despesa:

13.1.1.1. Ação: 20135 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP

13.1.1.2. Elemento de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO

13.1.1.3. Fonte de Recurso: 1.759.1200070 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS

13.1.1.4. Código Reduzido do Crédito Orçamentário: 23087

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – Estudo Técnico Preliminar com Análise de Riscos

Fortaleza 20 de março de 2026

(assinado digitalmente)

Tiago Souza Pinto

Almoxarifado

(assinado digitalmente)

Danielle de Castro Vasconcelos

Gerente de Patrimônio e Almoxarifado



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COM ANÁLISE DE RISCOS

A Gerência de Patrimônio e Almoxarifado – GEPAT é responsável por gerenciar e operacionalizar as requisições e abastecer de materiais de consumo o Almoxarifado da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPGE/CE), no exercício de suas atribuições institucionais e administrativas, demanda de forma contínua o fornecimento de água potável de qualidade, indispensável à manutenção das condições mínimas de funcionamento, salubridade e dignidade em suas unidades administrativas e de atendimento ao público.

1.2. O acesso regular à água mineral natural, destinada ao consumo humano, é essencial para a preservação da saúde e do bem-estar de defensores públicos, servidores, colaboradores, estagiários e do público assistido, impactando diretamente a qualidade dos serviços públicos prestados pela Instituição.

1.3. A DPGE/CE atua de forma descentralizada, mantendo Núcleos de Atendimento distribuídos em diversos municípios do Estado do Ceará, onde são realizados atendimentos contínuos à população em situação de vulnerabilidade e atividades administrativas essenciais, o que exige logística adequada e fornecimento regular do insumo em todas as localidades atendidas.

1.4. Considerando que, em núcleos da Defensoria Públicas instaladas em prédios de fóruns das comarcas do interior, não é permitido realizar alterações estruturais nas instalações prediais, o que inviabiliza a adaptação ou implantação de sistemas próprios de tratamento e adequação da água para consumo humano, e que, adicionalmente, a água disponibilizada pela rede pública nem sempre apresenta, de forma contínua, condições adequadas para consumo direto, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, devidamente registrada nos órgãos competentes e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

1.5. Dessa forma, a contratação tem por objetivo assegurar o abastecimento contínuo e regular de água mineral às unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará, garantindo condições adequadas de saúde, bem-estar e dignidade, bem como eficiência administrativa, economicidade e regularidade logística, mediante a divisão do fornecimento por regiões administrativas, em atendimento ao interesse público e às necessidades institucionais.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.1. Para atendimento adequado às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará, considerando sua atuação descentralizada em múltiplos municípios do interior do Estado e a essencialidade do objeto, a solução a ser contratada deverá atender, de forma cumulativa, aos requisitos mínimos a seguir descritos.

2.2. Requisitos técnicos e sanitários

2.2.1. Fornecedor de água mineral natural, própria para consumo humano, sem gás;

2.2.2. Produto devidamente registrado no Ministério da Saúde/ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

2.2.3. Atendimento às disposições da RDC nº 274/2005, RDC nº 275/2005 e demais normas sanitárias aplicáveis;

2.2.4. Indicação, no rótulo do produto, das características físico-químicas da água.

2.3. Requisitos de acondicionamento

2.3.1. Acondicionamento em garrações retornáveis com capacidade de 20 (vinte) litros;

2.3.2. Garrações fabricados em material plástico resistente e transparente, preferencialmente polipropileno ou policarbonato;

2.3.3. Recipientes transparentes que permitam a visualização integral do conteúdo;

2.3.4. Garrações em perfeito estado de conservação, isentos de manchas, odores, fissuras, amassamentos ou quaisquer defeitos que comprometam a qualidade do produto;

2.3.5. Tampa e lacre íntegros e intactos, assegurando a inviolabilidade do produto até o momento do consumo;

2.3.6. Rótulo íntegro e legível, contendo obrigatoriamente:

a) Nome da fonte;

b) Marca comercial;

c) Data de envase e prazo de validade;

d) Características físico-químicas;

e) Nome empresarial da engarrafadora;

f) CNPJ;

g) Número de registro no Ministério da Saúde/ANVISA.

2.4. Requisitos operacionais e logísticos

2.4.1. Capacidade de atendimento regular e contínuo às unidades da Defensoria Pública, localizadas nos municípios do interior do Estado;

2.4.2. Estrutura logística compatível com a divisão regional do fornecimento, assegurando prazos adequados de entrega;

2.4.3. Substituição imediata de garrações fora do padrão de qualidade, sem ônus para a Administração;

2.4.4. Recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega dos cheios, mediante sistema de troca.

2.5. Requisitos de sustentabilidade

2.5.1. Utilização obrigatória de garrações retornáveis, com vistas à redução da geração de resíduos sólidos;

2.5.2. Implementação de logística reversa dos recipientes, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

2.5.3. Adoção de práticas de transporte e armazenamento ambientalmente adequadas.

2.6. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

2.6.1. Água límpida, inodora e insípida;

2.6.2. Garantia de fornecimento compatível com a demanda das unidades, sem interrupções que comprometam o funcionamento institucional;

2.6.3. Observância às boas práticas de fabricação, armazenamento e transporte.

2.7. Subcontratação

2.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que o fornecimento de água mineral em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros constitui objeto de natureza comum, de baixa complexidade técnica e operacional, cuja execução integral é plenamente viável por empresa individualmente contratada, não se justificando a transferência parcial de responsabilidades a terceiros.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

2.8. Participação de consórcios

2.8.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15, § 3º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação não apresenta complexidade técnica, vulto ou dimensão que justifique a atuação conjunta de fornecedores.

2.8.2. A solução pretendida é plenamente executável por empresas individualmente, sendo que a admissão de consórcios poderia resultar em aumento de custos administrativos, maior complexidade na gestão contratual e potencial redução da competitividade do certame, em prejuízo ao interesse público.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Fundamentação do levantamento

3.1.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar e analisar as soluções disponíveis capazes de atender à necessidade da Defensoria Pública do Estado do Ceará quanto ao fornecimento contínuo de água potável para consumo humano, no âmbito de suas unidades administrativas e de atendimento ao público, localizadas no interior do Estado.

3.2. Análise das soluções disponíveis no mercado

3.2.1. Considerando as necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Ceará, a infraestrutura existente nas unidades administrativas e de atendimento ao público, a capilaridade territorial da Instituição, bem como a estimativa de consumo a ser detalhada no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, foram identificadas e analisadas as seguintes soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda por água potável.

3.2.2. Solução 01 – Bebedouros de pressão ou industriais integrados à rede pública de abastecimento

3.2.2.1. Esta solução consiste na aquisição de bebedouros de pressão ou industriais conectados diretamente à rede pública de abastecimento de água, fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE ou por Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAE municipais.

3.2.2.2. Custo de aquisição do equipamento

O custo médio de aquisição do bebedouro de pressão ou industrial é estimado em **R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) por unidade**, valor considerado como referência de mercado, equivalente a **R\$ 3.100,00 por cidade**.

3.2.2.3. Custos adicionais por cidade (conforme orçamento apresentado)

Com base nos orçamentos apresentados pela empresa **Comercial MM – CNPJ nº 51.455.414/0001-46**, referentes aos serviços de instalação, adequações prediais e manutenção, bem como no orçamento para aquisição dos bebedouros apresentado pela **empresa H2O Bebedouros Ltda – CNPJ nº 61.852.834/0001-10**, os custos estimados por unidade/cidade são os seguintes:

a) Serviços de instalação hidráulica e elétrica

Valor unitário: **R\$ 600,00 (seiscentos reais)** por cidade;

b) Adequações na infraestrutura predial

Valor unitário: **R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)** por cidade, considerando as limitações estruturais de prédios públicos, fóruns e imóveis de terceiros;

c) Manutenção corretiva e preventiva periódica

Valor anual estimado: **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** por equipamento/cidade.

3.2.2.4. Custo total estimado por cidade – Solução 01

Aquisição do bebedouro: **R\$ 3.100,00**



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Instalação hidráulica/elétrica: **R\$ 600,00**

Adequações prediais: **R\$ 950,00**

Manutenção anual: **R\$ 400,00**

- **Custo total estimado por cidade: R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais)**
- **Projeção para 63 cidades:**

R\$ 318.150,00 (trezentos e dezoito mil, cento e cinquenta reais), sem considerar reposições de equipamentos, manutenções extraordinárias ou custos adicionais decorrentes de particularidades estruturais locais.

3.2.2.5. Ressalta-se que, além do impacto financeiro elevado, essa solução apresenta limitações técnicas relevantes, uma vez que, em diversas localidades do interior do Estado, a água fornecida pela rede pública não apresenta, de forma contínua, qualidade adequada para consumo direto, comprometendo a confiabilidade do fornecimento.

3.2.3. Solução 02 – Filtros ou purificadores de água integrados à rede pública

3.2.3.1. Esta solução consiste na instalação de filtros ou purificadores de água conectados à rede pública de abastecimento, com retenção de impurezas por meio de elementos filtrantes.

3.2.3.2. Custo de aquisição do equipamento

Conforme valores praticados na última contratação realizada pela Administração, registrada no **Processo SEI nº 25.0.000007668-9, Documento nº 0203240**, o custo médio de aquisição do purificador de água foi de **R\$ 915,00 (novecentos e quinze reais) por unidade**, valor adotado como referência para esta análise, correspondendo a **R\$ 915,00 por cidade**.

3.2.3.3. Custos recorrentes por cidade

a) Elemento filtrante (refil):

Valor unitário estimado em **R\$ 34,00 (trinta e quatro reais)** por substituição, com necessidade de trocas periódicas ao longo do exercício, conforme volume de consumo e recomendações do fabricante, gerando custos recorrentes e contínuos para a Administração.

b) Instalação hidráulica

Valor médio estimado: **R\$ 600,00 (seiscentos reais)** por cidade, conforme orçamento apresentado;

c) Manutenção técnica periódica

Valor anual estimado: **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** por equipamento/cidade.

3.2.3.4. Custo inicial estimado por cidade – Solução 02

- **Aquisição do purificador: R\$ 915,00**
- **Instalação hidráulica: R\$ 600,00**
- **Manutenção anual: R\$ 400,00**

♦ Custo inicial estimado por cidade (sem refis): **R\$ 1.915,00**

♦ Projeção inicial para 63 cidades:

R\$ 120.645,00 (cento e vinte mil, seiscentos e quarenta e cinco reais)

(sem considerar o custo recorrente de refis ao longo do exercício).

3.2.3.5. Adicionalmente, esta solução mantém dependência direta da qualidade da água da rede pública, o que reduz sua efetividade em municípios onde o abastecimento não apresenta regularidade ou qualidade compatível com o consumo humano direto.

3.2.4. Solução 03 – Fornecimento de água mineral natural, sem gás, em garrações retornáveis de 20 litros.

3.2.4.1. Descrição da solução



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Esta solução consiste no fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, devidamente registrada nos órgãos sanitários competentes, destinada ao atendimento das unidades administrativas e de atendimento ao público da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

3.2.4.2. Histórico de adoção e infraestrutura existente

Trata-se da solução historicamente adotada pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, com eficácia comprovada, considerando a infraestrutura já existente nas unidades, especialmente a disponibilidade de bebedouros de coluna compatíveis com garrações de 20 litros, o que dispensa investimentos adicionais em equipamentos e intervenções estruturais.

3.2.4.3. Estimativa de consumo e distribuição por porte de cidades

O consumo anual estimado é de 8.000 (oito mil) garrações, redistribuído de forma proporcional entre as unidades, considerando o porte do município, o fluxo de atendimento ao público, a quantidade de servidores e defensores e o histórico de consumo, conforme segue:

- **Cidades de grande porte:**
- Consumo médio estimado de **200 garrações/ano por unidade;**
- **Cidades de médio porte:**
- Consumo médio estimado de **150 garrações/ano por unidade;**
- **Cidades de pequeno porte:** Consumo médio estimado de **aproximadamente 90 garrações/ano por unidade.**

Essa redistribuição permite maior aderência à realidade operacional da Instituição, evitando superestimativas e assegurando o uso racional dos recursos públicos.

3.2.4.4. Estimativa de custos

Com base na pesquisa de preços realizada, foi adotado o **valor unitário médio de R\$ 14,31 (quatorze reais e trinta e um centavos)** por garração de 20 litros. Dessa forma, o **custo anual estimado** da Solução 03 corresponde a:

$8.000 \text{ garrações} \times \text{R\$ } 14,31 = \text{R\$ } 114.480,00$

(cento e quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais)

3.2.4.5. Vantagens da solução

A Solução 03 apresenta **vantagens técnicas, operacionais e econômicas relevantes**, destacando-se:

- a) Dispensa de adaptações hidráulicas, elétricas ou estruturais nas unidades;
- b) Redução de custos indiretos com instalação, manutenção e substituição de equipamentos;
- c) Garantia de fornecimento de água própria para consumo humano, **independente das condições da rede pública;**
- d) Logística consolidada, com ampla oferta de fornecedores locais e regionais;
- e) Facilidade de gestão contratual e controle do consumo;
- f) Menor custo global quando comparada às soluções baseadas em equipamentos fixos conectados à rede pública.

3.2.4.6. Conclusão

Diante dos aspectos analisados, a **Solução 03 – fornecimento de água mineral natural, sem gás, em garrações retornáveis de 20 litros** mostra-se a **alternativa mais adequada e vantajosa** para atendimento das necessidades atuais da Defensoria Pública do Estado do Ceará, assegurando a continuidade do serviço público, o bem-estar dos usuários e a observância dos princípios da



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

economicidade, eficiência e interesse público, enquanto perdurarem as limitações estruturais das unidades.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de água mineral natural, potável e sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis com capacidade de 20 (vinte) litros, destinada ao atendimento das unidades administrativas e de atendimento ao público da Defensoria Pública do Estado do Ceará – DPGE/CE, distribuídas nos diversos municípios e regiões administrativas do Estado.

4.2. O fornecimento deverá ser executado por empresas devidamente autorizadas e registradas junto aos órgãos competentes, observando rigorosamente os padrões técnicos, sanitários e de qualidade exigidos pela legislação vigente.

4.3. A água mineral deverá ser proveniente de fonte devidamente regularizada junto à Agência Nacional de Mineração – ANM e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, classificada como água mineral natural, com composição físico-química comprovada por laudo técnico válido, emitido por laboratório oficialmente reconhecido.

4.4. A água deverá atender às disposições das Resoluções RDC/ANVISA nº 274/2005, nº 275/2005, nº 173/2006, bem como às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

4.5. Os garrafas deverão ser confeccionados em material plástico resistente, preferencialmente polipropileno ou policarbonato, lisos, transparentes, retornáveis e reutilizados conforme os padrões normativos, devendo apresentar-se em perfeito estado de conservação.

4.6. Os rótulos deverão estar íntegros, atualizados e aprovados pelo órgão federal competente, contendo todas as informações obrigatórias que assegurem a rastreabilidade e a qualidade do produto.

4.7. Como parte do ciclo de vida do objeto, a contratada deverá manter válidos e atualizados os documentos sanitários e técnicos exigidos pela legislação vigente.

4.8. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada e contínua, conforme a demanda das unidades da DPGE/CE, abrangendo as regiões administrativas do Estado.

4.9. A logística de entrega deverá observar boas práticas de transporte e armazenamento, garantindo a integridade e a qualidade do produto.

4.10. A solução contempla o sistema de troca dos garrafas, com recolhimento dos vasilhames vazios e substituição imediata dos que apresentarem inconformidades.

4.11. Sob o aspecto ambiental, a utilização de garrafas retornáveis e a adoção de logística reversa atendem aos princípios da sustentabilidade e à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.12. Dessa forma, a solução proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, assegurando o atendimento contínuo das necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Ceará, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Metodologia de estimativa

5.1.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em levantamento do consumo médio anual de água mineral registrado conforme a demanda do exercício anterior de 2025, considerando as demandas recorrentes das unidades administrativas e dos núcleos descentralizados da Defensoria Pública do Estado do Ceará – DPGE/CE, bem como a previsão de



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

ampliação da rede de atendimento institucional, decorrente da criação e inauguração gradual de novos Núcleos da Defensoria Pública, previstas para o exercício de 2026, cujas necessidades foram consideradas de forma estimativa e prospectiva.

5.1.2. Foram considerados, para fins de dimensionamento, os seguintes parâmetros:

5.1.2.1. Histórico anual de consumo de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros;

5.1.2.2. Quantitativo de defensores públicos, servidores, colaboradores e estagiários por unidade;

5.1.2.3. Fluxo médio de atendimento ao público assistido;

5.1.2.4. Distribuição geográfica das unidades e particularidades logísticas de cada região administrativa;

5.1.2.5. Periodicidade média de reposição dos garrações;

5.1.2.6. Possíveis variações sazonais de demanda e ampliação pontual do atendimento institucional.

5.1.3. Os quantitativos estimados possuem caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de aquisição pela Administração, nos termos da legislação vigente.

5.1.4. Para maior segurança no planejamento, foi considerado acréscimo aproximado de 20% (vinte por cento) sobre o consumo médio histórico, a fim de absorver eventual aumento de demanda ao longo da vigência contratual, sem prejuízo da economicidade.

5.1.5. Ressalta-se que o fornecimento ocorrerá sob demanda, de modo que a quantidade efetivamente adquirida poderá ser ajustada durante a execução contratual, conforme a necessidade real das unidades da DPGE/CE.

5.2. Consolidação das quantidades por região administrativa

5.2.1. A estimativa das quantidades foi consolidada por regiões administrativas, considerando o número de municípios atendidos, a concentração de unidades, o volume de atendimentos e a complexidade logística de cada região, de modo a subsidiar o parcelamento da contratação e o adequado dimensionamento das rotas de fornecimento.

5.2.2. Tabela – Estimativa Anual de Consumo por Região Administrativa (Garrações de 20 litros):

Região Administrativa	Polo Logístico	Municípios Atendidos (síntese)	Estimativa Anual (unidades)
Região 1 – Norte / Litoral Norte	Sobral	Sobral, Camocim, Acaraú, Granja, Amontada, Itarema, Santana do Acaraú, Chaval, Coreaú, Nova Russas, Santa Quitéria.	1.400
Região 2 – Serra da Ibiapaba	Tianguá	Tianguá, São Benedito, Ibiapina, Viçosa do Ceará.	900
Região 3 – Litoral Oeste / RMF Norte	Itapipoca	Itapipoca, Trairi, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Pentecoste.	950
Região 4 – Litoral Leste / RMF	Aquiraz	Aquiraz, Pacatuba, Pacajus, Horizonte, Cascavel, Beberibe, Aracati, Aracoiaba.	1250
Região 5 – Sertão Central e Inhamuns	Quixadá	Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem, Tauá, Crateús, Mombaça, Acopiara.	1700
Região 6 – Cariri e Centro-Sul	Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Iguatu, Icó, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Missão Velha, Caririçu, Aurora, Mauriti, Brejo Santo.	1800
Total Estimado Anual 8.000 garrações			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Distribuição Regional:

5.2.2.1. Região 1 – Norte / Litoral Norte

Polo Logístico: Sobral

Municípios atendidos: Sobral, Camocim, Acaraú, Granja, Amontada, Itarema, Santana do Acaraú, Chaval, Coreaú, Nova Russas, Santa Quitéria.

5.2.2.2. Região 2 – Serra da Ibiapaba

Polo Logístico: Tianguá

Municípios atendidos: Tianguá, São Benedito, Ibiapina, Viçosa do Ceará.

5.2.2.3. Região 3 – Litoral Oeste / RMF Norte

Polo Logístico: Itapipoca

Municípios atendidos: Itapipoca, Trairi, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Pentecoste.

5.2.2.4. Região 4 – Litoral Leste / Região Metropolitana de Fortaleza

Polo Logístico: Aquiraz

Municípios atendidos: Aquiraz, Pacatuba, Pacajus, Horizonte, Cascavel, Beberibe, Aracati, Aracoiaba.

5.2.2.5. Região 5 – Sertão Central e Inhamuns

Polo Logístico: Quixadá

Municípios atendidos: Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem, Tauá, Crateús, Mombaça, Acopiara.

5.2.2.6. Região 6 – Cariri e Centro-Sul

Polo Logístico: Juazeiro do Norte

Municípios atendidos: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Iguatu, Icó, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Missão Velha, Caririaçu, Aurora, Mauriti, Brejo Santo.

5.2.2.7. Total estimado anual: 8.000 (oito mil) garrações.

5.3. Considerações finais sobre a estimativa

5.3.1. As regiões Cariri e Centro Sul, Sertão Central e Inhamuns e Norte/Litoral Norte concentram os maiores quantitativos estimados, em razão da maior quantidade de unidades instaladas, elevado fluxo de atendimento ao público vulnerável, maior contingente de servidores e defensores públicos, bem como maior complexidade logística decorrente da extensão territorial.

5.3.2. A regionalização da estimativa permite:

5.3.2.1. Melhor planejamento das rotas logísticas;

5.3.2.2. Redução de custos de transporte;

5.3.2.3. Maior competitividade entre fornecedores locais e regionais;

5.3.2.4. Mitigação de riscos de desabastecimento;

5.3.2.5. Maior eficiência na execução contratual.

5.3.3. A planilha detalhada com a estimativa de consumo por unidade administrativa e por município poderá integrar o Termo de Referência ou constar como anexo ao processo, servindo de subsídio para o acompanhamento da execução contratual.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa preliminar de preços praticados no mercado público, considerando contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, com foco no fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

6.2. A pesquisa de preços foi fundamentada, prioritariamente, em dados extraídos da Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, assegurando rastreabilidade, transparência e confiabilidade das informações utilizadas.

6.2.1. Como principal referência para composição do valor estimado, foi analisado o Edital de Pregão Eletrônico nº 92/2025, cadastrado na PNCP sob o nº 07416704000199/2025/92, que tem por objeto o fornecimento de água mineral natural, sem gás, em garrações de 20 litros, com características técnicas compatíveis com o objeto desta contratação.

6.2.2. A consulta ao referido processo licitatório foi realizada por meio do endereço eletrônico oficial da PNCP:

👉 <https://pncp.gov.br/app/editais/07416704000199/2025/92>

6.2.3. Os valores extraídos desse edital refletem preços efetivamente praticados em contratação pública recente, observando condições reais de mercado, critérios de competitividade e exigências sanitárias e técnicas aplicáveis ao fornecimento do produto.

6.3. Complementarmente, a pesquisa considerou dados consolidados disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal, bem como informações públicas de contratações estaduais, apenas para fins de verificação de coerência e validação da faixa de preços observada.

6.3.1. Para assegurar a consistência da estimativa de preços adotada neste Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se à análise comparativa de valores praticados em contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, extraídos de bases oficiais, notadamente o Painel de Preços do Governo Federal, a Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP e portais de compras estaduais.

6.3.2. A comparação teve caráter exclusivamente referencial, visando confirmar a aderência do valor unitário médio adotado às condições reais de mercado, sem prejuízo da posterior atualização no Termo de Referência.

6.3.3. Quadro Comparativo de Preços – Água Mineral em Garrafão de 20 Litros

Fonte da Pesquisa	Órgão Contratante	Modalidade / Identificação	Exercício	Valor Unitário (R\$)
Painel de Preços – Governo Federal	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Pregão Eletrônico nº 12/2024 – Contrato nº 45/2024	2024	13,90
Painel de Preços – Governo Federal	Instituto Federal do Ceará	Pregão Eletrônico nº 08/2025 – Contrato nº 17/2025	2025	14,20
PNCP – Plataforma Nacional de Contratações Públicas	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Pregão Eletrônico nº 21/2024 – Contrato nº 09/2024	2024	15,10
Compras Estaduais – Ceará	Secretaria da Administração Penitenciária	Pregão Eletrônico nº 32/2024 – Ata de Registro de Preços	2024	12,80
Valor médio R\$ 14,31				

6.4. A estimativa levou em conta a necessidade de fornecimento com logística de entrega compatível com a distribuição geográfica das unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará, incluindo unidades localizadas no interior do Estado.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
do ESTADO DO CEARÁ

6.5. Para fins de planejamento, os valores pesquisados foram analisados considerando a divisão da contratação por regiões administrativas — Cariri, Centro-Sul, Vale do Jaguaribe, Região Norte, Sertão dos Inhamuns e Crateús, Litoral Leste e Litoral Oeste — contemplando possíveis variações de preços decorrentes de fatores logísticos, distância das fontes de envase e custos de transporte.

6.6. Adotou-se metodologia que privilegia a utilização de preços médios praticados em contratações públicas recentes, com exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou atípicos, de modo a obter estimativa realista e compatível com as condições de mercado.

6.7. A estimativa do valor da contratação foi composta com base na média dos preços unitários observados no edital PNCP nº 07416704000199/2025/92, complementada por consulta a bases públicas oficiais, considerando as especificações técnicas do objeto e a demanda estimada no Item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

6.8. Critérios para Composição do Valor Estimado

6.8.1. O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada em plataformas oficiais de compras públicas, especialmente a Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando contratações recentes de objeto equivalente, bem como a demanda estimada neste Estudo Técnico Preliminar.

6.8.2. A análise dos preços praticados em compras públicas demonstrou compatibilidade com o mercado e aderência às condições logísticas das unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

6.8.3. Dessa forma, para fins de planejamento da contratação no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, adota-se como valor unitário estimado o montante de R\$ 14,31 (quatorze reais e trinta e um centavos) por garrafão de água mineral natural, sem gás, de 20 (vinte) litros, valor considerado adequado, razoável e compatível com os princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.9. Valores Unitários de Referência

6.9.1. Os valores unitários de referência utilizados para a estimativa consideram faixas de preços médios observados em compras públicas no Brasil para garrafões de água mineral natural, sem gás, de 20 (vinte) litros, conforme demonstrado a seguir:

Faixa de Preço Unitário Referencial	Fonte / Contexto
R\$ 13,94 (média de compra pública)	Pesquisa oficial consolidada em licitações públicas – média de preço de referência do Governo Federal e do Estado do Ceará nos últimos 12 meses
R\$ 8,41 (faixa inferior observada)	Pesquisa de compras públicas de água mineral (garrafões de 20 L), com variações registradas em sistemas oficiais
R\$ 21,13 (referência para planejamento conservador)	Cotação pontual recente em compras públicas, representativa de cenários logísticos mais complexos

6.9.2. Em face da variabilidade de preços observada em contratações públicas, para fins de estimativa global da contratação, adota-se como referência o valor médio unitário de **R\$ 14,31 (quatorze reais e trinta e um centavos)** por garrafão de 20 litros.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

6.9.3. A média unitária adotada também encontra respaldo em valores praticados em contratações públicas recentes divulgadas na Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP, notadamente no Edital nº 07416704000199/2025/92, o que reforça a aderência da estimativa ao mercado público e a observância dos princípios da economicidade e da razoabilidade.

6.10. Estimativa do Valor Global da Contratação

6.10.1. Considerando a estimativa anual de 8.000 (oito mil) garrações de água mineral de 20 litros, conforme Item 5 deste Estudo Técnico Preliminar, e tomando como referência o valor médio unitário de R\$ 14,31 (quatorze reais e trinta e um centavos), obtém-se o valor estimado global anual da contratação:

Descrição	Quantidade Anual	Valor Unitário de Referência	Valor Estimado (R\$)
ÁGUA MINERAL SEM GÁS água mineral natural sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes, higienizados na parte interna e externa dos garrações com protetor na parte superior e lacre de segurança fornecido mediante a troca de vasilhames (reposição) disponibilizados pela empresa contratada que atendam as normas da ABNT e devidamente aprovada por órgão de fiscalização e controle.	8.000 garrações	R\$ 14,31	R\$ 114.480,00
Valor estimado global anual: R\$ 114.480,00 (cento e quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais).			

6.11. Observações sobre a Estimativa

6.11.1. A estimativa apresentada possui caráter preliminar e está sujeita às condições finais de mercado no momento da contratação, podendo ser atualizada mediante pesquisa específica na fase de elaboração do Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

6.11.2. A oscilação de preços entre regiões, especialmente nas localidades mais distantes ou de menor escala de fornecimento, poderá ensejar ajustes nos valores unitários, a serem observados no Termo de Referência definitivo.

6.11.3. A adoção de faixas de preço e da média ponderada constitui metodologia consolidada para estimativa de custos em contratações públicas, conferindo maior segurança ao planejamento da contratação.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

7.1. A contratação do fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes, será realizada de forma parcelada por regiões administrativas, considerando a distribuição geográfica das unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará, que se encontram dispersas em diversos municípios e abrangem as regiões do Cariri, Centro-Sul, Vale do Jaguaribe, Região Norte, Sertão dos Inhamuns e Crateús, Litoral Leste e Litoral Oeste.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

7.2. A análise da possibilidade e da pertinência do parcelamento do objeto levou em consideração o tipo e o volume do fornecimento, a natureza contínua do consumo, bem como os aspectos técnicos, operacionais, logísticos e econômicos, especialmente aqueles relacionados à economia de escala, aos custos de transporte e à eficiência na execução contratual. Trata-se de objeto padronizado, de baixa complexidade técnica, com especificações uniformes e amplamente atendidas pelo mercado fornecedor, o que viabiliza plenamente o fracionamento da contratação sem prejuízo à qualidade ou à gestão do fornecimento.

7.3. Sob o aspecto econômico e concorrencial, o parcelamento da contratação mostra-se vantajoso ao ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores locais e regionais que, em regra, não dispõem de estrutura logística suficiente para atender, de forma centralizada, todo o território estadual. Essa medida evita a concentração de mercado, estimula a concorrência e contribui para a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública.

7.4. Do ponto de vista logístico e operacional, a divisão regional reduz significativamente os custos associados ao transporte de produto volumoso e de consumo contínuo, além de mitigar riscos de atrasos e desabastecimento. A proximidade geográfica entre fornecedores e unidades consumidoras assegura maior regularidade nas entregas, maior agilidade no atendimento de demandas emergenciais e maior eficiência na gestão do fornecimento, especialmente em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

7.5. Considerando que a Defensoria Pública do Estado do Ceará possui elevado número de unidades distribuídas em diversas localidades, a adoção de contratos individualizados por unidade mostra-se inviável sob o ponto de vista operacional, sobretudo em razão da defasagem no quantitativo de servidores da Equipe de Gestão de Contratos.

7.6. Nesse contexto, o agrupamento das localidades por regiões administrativas revela-se a alternativa mais adequada, permitindo a celebração de número reduzido de contratos, sem prejuízo ao atendimento das unidades, otimizando a alocação dos recursos humanos disponíveis e assegurando maior controle, acompanhamento e eficiência na gestão contratual.

7.7. O agrupamento das localidades em contratos regionais não implica prejuízo à economia de escala, tampouco compromete a execução do objeto, uma vez que possibilita a adequada amortização dos custos logísticos e operacionais, mantendo a padronização do fornecimento e assegurando equilíbrio entre eficiência econômica e viabilidade operacional.

7.8. O parcelamento adotado favorece a ampla participação de licitantes, facultando que empresas que não possuam capacidade para execução da totalidade do objeto possam concorrer aos lotes regionais, participando de quantos itens forem de seu interesse, em consonância com os princípios da competitividade, isonomia e desenvolvimento regional sustentável.

7.9. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da contratação por regiões administrativas atende de forma adequada aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a solução mais vantajosa para assegurar o fornecimento contínuo, regular e eficiente de água mineral às unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Após análise técnica e administrativa, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução da presente contratação.

8.2. O fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes, constitui objeto padronizado, de baixa complexidade, com execução



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

integral pelo fornecedor, não dependendo da celebração de outros contratos, considerando que as unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará já dispõem da infraestrutura mínima necessária.

9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

9.1. A contratação para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, destinada às unidades administrativas e de atendimento ao público da Defensoria Pública do Estado do Ceará, encontra-se formalmente prevista no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 76/2025, elaborado pela área demandante, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os Decretos Estaduais nº 35.283/2023 e nº 35.322/2023, que regulamentam o planejamento das contratações no âmbito da Administração Pública Estadual.

9.2. A formalização da demanda justifica-se pela natureza contínua e essencial do objeto, indispensável à manutenção das condições mínimas de funcionamento, salubridade e dignidade nas unidades da Instituição, bem como pela previsibilidade do consumo ao longo do exercício, considerando a atuação descentralizada da Defensoria Pública no Estado do Ceará.

9.3. A contratação visa assegurar a continuidade das atividades administrativas e de atendimento ao público, prevenindo desabastecimentos, evitando contratações emergenciais e promovendo a eficiência operacional, a economicidade e o adequado planejamento logístico, em observância aos princípios da boa gestão pública.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A contratação visa assegurar o fornecimento contínuo e regular de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes às unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará, garantindo condições adequadas de saúde, salubridade e bem-estar a servidores, colaboradores e assistidos.

10.2. Com a solução proposta, busca-se evitar desabastecimentos e aquisições emergenciais, promover eficiência administrativa, economicidade e sustentabilidade, assegurando a continuidade dos serviços institucionais em todo o território estadual.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas as providências administrativas e operacionais necessárias à adequada execução do objeto, de modo a assegurar o fornecimento contínuo e regular de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes, às unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

11.2. Deverá ser realizada a designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, com servidores devidamente capacitados para o acompanhamento, a fiscalização e o registro da execução contratual, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.

11.3. Antes da formalização do contrato, deverá ser verificada a regularidade da documentação dos fornecedores adjudicados, especialmente quanto às licenças e autorizações sanitárias, registros junto aos órgãos competentes, bem como a conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas e os requisitos de qualidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

11.4. No âmbito interno, deverão ser adotadas medidas voltadas à organização do recebimento e da logística de distribuição do objeto, incluindo a verificação das condições de armazenamento nas



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

unidades, a orientação quanto aos procedimentos de recebimento, conferência e troca dos garrafões, bem como a definição de rotinas para controle do consumo e solicitação de reposição, de modo a garantir eficiência operacional e evitar desperdícios.

11.5. Para a execução e viabilidade da solução, não será necessária a realização de adequações físicas ou estruturais nos ambientes de trabalho da Defensoria Pública do Estado do Ceará, uma vez que as unidades já dispõem da infraestrutura mínima necessária para o recebimento, armazenamento e consumo do produto.

11.6. A fiscalização e a gestão da contratação serão realizadas pela área responsável pela logística e suprimentos da Instituição, especialmente pela unidade administrativa competente, que acompanhará a execução contratual, zelando pelo cumprimento dos prazos, da qualidade do fornecimento e das demais condições estabelecidas.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Os impactos ambientais decorrentes da contratação do fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafões plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes, são considerados de baixa magnitude, estando relacionados, principalmente, ao uso de embalagens plásticas e às atividades de transporte necessárias à distribuição do produto às unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

12.2. Como medida mitigadora prioritária, a contratação prevê, de forma obrigatória, a utilização de garrafões retornáveis, em substituição às embalagens descartáveis, reduzindo significativamente a geração de resíduos sólidos e promovendo o reaproveitamento dos recipientes ao longo do ciclo de vida do produto.

12.3. Será exigida do fornecedor a adoção de logística reversa, com o recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega e a destinação ambientalmente adequada daqueles que se tornarem inservíveis, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

12.4. A contratação está alinhada às diretrizes de sustentabilidade e de racionalização do consumo previstas nos instrumentos de planejamento institucional, especialmente no que se refere à vedação da aquisição de garrafas descartáveis de água mineral, privilegiando soluções que reduzam impactos ambientais e promovam o uso eficiente de recursos.

12.5. A adoção de garrafões retornáveis contribui para a redução do desperdício de plástico, minimiza a poluição ambiental, especialmente de solos e corpos hídricos, e reduz a demanda por recursos naturais utilizados na fabricação de embalagens descartáveis, como água e derivados de petróleo.

12.6. Adicionalmente, o parcelamento da contratação por regiões administrativas contribui para a mitigação de impactos ambientais associados ao transporte, ao priorizar fornecedores com atuação local ou regional, reduzindo as distâncias percorridas, o consumo de combustíveis fósseis e a emissão de gases de efeito estufa.

12.7. A reutilização dos garrafões, mediante processos adequados de higienização, inspeção e controle de qualidade, possibilita ganhos ambientais e econômicos, reduzindo custos de produção, transporte e descarte, sem prejuízo à qualidade da água fornecida e à segurança do consumo humano.

12.8. Dessa forma, as medidas adotadas asseguram que a execução do objeto ocorra de maneira ambientalmente responsável, alinhada aos princípios da sustentabilidade, da eficiência e do



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

interesse público, sem comprometer a qualidade do fornecimento de água mineral às unidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Conclui-se que a contratação do fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, transparentes, é necessária, adequada e plenamente justificada para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

13.2. A solução adotada é tecnicamente viável, padronizada e compatível com as normas sanitárias vigentes, atendendo às condições operacionais e à capacidade de armazenamento das unidades.

13.3. A estimativa de quantidades e de preços foi elaborada com base em histórico de consumo e valores de mercado, assegurando planejamento adequado, controle orçamentário e relação custo-benefício favorável.

13.4. Dessa forma, manifesta-se posicionamento favorável à contratação, por se tratar de solução eficiente, econômica e alinhada ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Fortaleza, 04 de fevereiro de 2026.

(assinado digitalmente)

Tiago Souza Pinto

Almoxarifado

(assinado digitalmente)

Danielle de Castro Vasconcelos

Gerente de Patrimônio e Almoxarifado



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Comissão de Contratação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 20260007 – DPGE-CE

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:
- Banco BRADESCO S/A (exclusivamente), agência e n.º da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob pena das sanções administrativas cabíveis, bem como as criminais, e sob as penas da lei, que toda a documentação anexada ao sistema é autêntica.

DECLARO, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

(Nome e Cargo)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
do ESTADO DO CEARÁ

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato n.º ____ /2026

Processo SEI n.º 26.0.000000464-1

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
CEARÁ – DPGE-CE E (O)A**

**ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ – DPGE-CE, com sede na Avenida Pinto Bandeira, n.º 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.014.521/0001-23, através de dotação orçamentária e financeira do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública (FAADEP), CNPJ n.º 05.220.055/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, representada pela Defensora Pública Geral, Sra. _____, brasileira, portadora da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliada em Fortaleza/Ce, na _____, e a _____, com sede na _____, CEP _____, Fone _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico n.º 20260007 – DPGE-CE e seus Anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a Instrução Normativa n.º 150/2023/DPGE/CE, a Instrução Normativa n.º 203/2025/DPGE/CE, a Instrução Normativa n.º 206/2025/DPGE/CE, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 20260007 – DPGE-CE, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição, bem como a Instrução Normativa n.º 150/2023/DPGE/CE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL**, sem gás, acondicionada em garrações plásticos retornáveis de 20 (vinte) litros, própria para consumo humano, com fornecimento contínuo e parcelado, destinada ao atendimento das unidades administrativas e de atendimento ao público da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE/CE, localizadas em



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

diversos municípios do interior do Estado, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência do Edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a necessidade e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

4.2. A prorrogação ficará condicionada ao ateste da autoridade competente quanto à manutenção das condições contratuais e dos preços originalmente pactuados, admitida a negociação com a contratada, em observância aos princípios da economicidade e do interesse público.

4.3. O objeto da contratação — fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural, sem gás, em garrações retornáveis de 20 (vinte) litros — enquadra-se como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por atender necessidade permanente das unidades da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

4.4. A interrupção do fornecimento comprometeria o funcionamento regular das unidades e o atendimento ao público, razão pela qual se justifica o enquadramento para fins de planejamento e execução contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento será PARCELADA.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da justificativa exposta no Termo de Referência, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ ____ (____).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ela referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato, observado ainda no que couber, a Instrução Normativa n.º 150/2023/DPGE/CE.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, da data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado em 16 de outubro de 2025.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. O reajuste deverá ser requerido pela contratada antes da prorrogação do contrato ou antes de decorrido novo marco para reajustamento dos preços.

9.5. Caso a contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

9.5.1. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da Lei n.º 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia decorrido, pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem.

13.2.4.2. Moratória de 10% (dez por cento) do valor do bem pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado.

13.2.4.3. Moratória de 2% (dois por cento) do valor do bem recusado por dia decorrido, pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição.

13.2.4.4. Moratória de 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado, pela recusa da contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição.

13.2.4.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

13.2.4.6. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observando-se a Instrução Normativa n.º 203/2025/DPGE/CE.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto; e,

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos provenientes da dotação orçamentária e financeira do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (FAADEP), Orçamento 2026, na seguinte classificação orçamentária:

06200001.14.122.421.20135.15.339030.1.759.1200070.1.2.01

15.1.1. Detalhamento da Despesa:

15.1.1.1. Ação: 20135 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP

15.1.1.2. Elemento de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO

15.1.1.3. Fonte de Recurso: 1.759.1200070 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS

15.1.1.4. Código Reduzido do Crédito Orçamentário: 23087

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021.

18.2. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Ceará, como condição indispensável para sua eficácia e validade, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim por meio de portaria do CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.2. Fica dispensada a assinatura de testemunha nos casos em que a assinatura for eletrônica/digital, conforme o art. 784, § 4º da Lei n.º 13.105/2015, Código de Processo Civil.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, ____ de ____ de 2026.

Sâmia Costa Farias
DEFENSORA PÚBLICA GERAL

(Nome completo)
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Testemunhas:

1 - _____

RG:

CPF:

2 - _____

RG:

CPF:

Visto:

(Nome do(a) Assessor(a) Jurídico (a) da CONTRATANTE)